

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR BRASILEIRO: VELHOS E NOVOS DILEMAS

Diana Gurgel Pegorini

1 INTRODUÇÃO

Kober (2004) afirma que a qualificação profissional trata-se de uma tarefa de Sísifo¹. A tarefa é por certo enorme e complexa e ao longo da história houve avanços e retrocessos, mas será que é possível afirmar que a qualificação profissional do trabalhador brasileiro trata-se de uma tarefa de Sísifo?

Será que essa tarefa, olhando-a no contexto atual, não nos parece fadada ao fracasso justamente por jamais ter sido enfrentada com seriedade e empenho? Mesmo após a educação, e aqui em especial a qualificação profissional, ter assumido a centralidade nos discursos de políticos, empresários, educadores e a sociedade em geral, ela jamais se constituiu de fato como prioridade nos governos.

E, analisando as políticas educativas em seu conjunto e os seus resultados pífios diante da enorme demanda do país, é possível afirmar que os nossos governantes e a sociedade como um todo dispenderam todos os esforços necessários, de forma contínua e sistemática, buscando qualificar o trabalhador brasileiro?

Que velhos dilemas com relação à qualificação profissional do trabalhador brasileiro foram enfrentados no passado? Eles foram resolvidos ou estão ainda postos atualmente buscando solução e se somando aos novos dilemas?

2 VELHOS E NOVOS DILEMAS DA EDUCAÇÃO

Voltaire defendia, segundo Arroyo (2012, p. 103), que “a canalha (as massas) é indigna de ser esclarecida [...] é essencial que haja cozinheiros ignorantes [...], e o que é de lei é que o povo seja guiado e não que seja instruído”. Já Diderot tinha opinião contrária. Defendia que “é bom que todos saibam ler, escrever e contar [...] desde o primeiro-ministro ao mais humilde dos camponeses” (ARROYO, 2012, p. 103). E Diderot justificava a sua opinião afirmando ser [...] “mais difícil explorar um camponês que sabe ler do que um analfabeto” (ARROYO, 2012, p. 103).

¹ À Sísifo consistia a tarefa de “[...] rolar uma enorme pedra até o alto de um morro, mas quando já se encontrava bem avançado na encosta, a pedra, impelida por uma força repentina, rolava de novo para a planície” (BULFINCH, 2015, p. 260). Assim “tarefa de Sísifo”, é usada para se referir à tarefa que envolva esforços longos, repetitivos e inevitavelmente fadados ao fracasso. Trata-se de tarefa realizada em um infinito ciclo de esforços totalmente desprovida de quaisquer opções de desistência ou recusa em fazê-lo.

Nessas duas proposições reside todo o cerne dos dilemas enfrentados na educação brasileira, especialmente na educação destinada ao trabalhador (ARROYO, 2012). É o pêndulo que oscila entre permitir o acesso a todos à educação plena e de qualidade ou criar mecanismos para dificultar o acesso, a permanência e a chegada aos níveis mais altos das classes mais humildes.

Naturalmente nenhum governante político terá coragem de admitir publicamente concordar com Voltaire. Seria inadmissível tal posicionamento público. Até porque há um consenso que educação possibilita o emprego que gera desenvolvimento para o país, apesar do aumento do desemprego.

Cria-se assim o que Arroyo (2012) classifica como binômio libertar e reprimir: “*libertar* o povo dos preconceitos da velha ordem através de um mínimo de modernidade, e *reprimir* o saber e o poder de classe” (ARROYO, 2012, p. 104, grifo do autor).

Até a criação da educação profissional para promover a qualificação do trabalhador, separando-a da educação básica, foi questionada quanto à sua intencionalidade. Mendes (2003, p. 267) defende que tal iniciativa pode ter como objetivo “livrar a universidade pública do atendimento de contingentes cada vez maiores de alunos que concluem o ensino médio”. Trata-se, portanto, segundo Mendes (2003, p. 267), “[...] mais uma vez, uma tentativa do governo em conter o número de matrículas para o ensino superior público”.

O segundo dilema que torna a qualificação profissional do trabalhador brasileiro uma tarefa complexa é o formalismo pedagógico. Paiva (2011) afirma tratar-se de educação pautada na educação formal onde o que é estudado é distante e diverso do vivido pelo aluno. É ainda tradicional, autoritário e conservador. Excessivamente literário e retórico.

Essas são características da Educação Jesuíta ainda forte na educação atual. E o desafio da qualificação profissional do trabalhador brasileiro é: como superar o formalismo e o ensino propedêutico? Como aproximar, ou pelo menos diminuir a distância, entre o que é estudado com o que é vivido pelo aluno? Como tornar as aulas mais práticas evitando assim o apego excessivo à retórica? Como pôr em prática o estudado nos livros? A resposta é repensar o currículo.

O terceiro dilema que inviabiliza a qualificação profissional do trabalhador brasileiro é o fato de que o Brasil ainda não possui um Sistema Nacional de Educação². E para a construção dele configuram-se inúmeros obstáculos. São eles, conforme Saviani (2014), econômicos, políticos, filosófico-ideológicos e legais.

² Para saber mais consulte Saviani (2014)

Saviani (2014) aponta a resistência histórica à manutenção da educação pública no Brasil como primeiro obstáculo para a concretização do Sistema Nacional de Educação. Na Tabela 1 apresentar-se-á a evolução do financiamento à educação ao longo da história.

As consequências disso, além de visíveis, são conhecidas por todos: escolas sem infraestrutura adequada para o trabalho pedagógico, professores mal remunerados, professores com baixa ou nenhuma qualificação, etc.

O segundo obstáculo político está, conforme Saviani (2014), na descontinuidade das políticas educativas. As reformas se sucedem e elas “[...] vistas em retrospectiva de conjunto, descrevem um movimento que pode ser reconhecido pelas metáforas do zique-zague ou do pêndulo” (SAVIANI, 2014, p. 34).

Há ainda a resistência no nível das ideias que se constituem nos obstáculos filosófico-ideológicos. Ela vincula a concepção filosófico-ideológica de homem, de sociedade, de vida, relacionados com a escola e com as questões educacionais (SAVIANI, 2014).

E por último os obstáculos legais que se constituem na inexistência de:

[...] um órgão dotado de autonomia, representatividade e legitimidade, enquanto uma instância permanente e renovada por critérios e periodicidade distintos daqueles que vigoram no âmbito da política partidária, estaria, senão imune, pelo menos não tão vulnerável aos interesses da política miúda (SAVIANI, 2014, p. 46).

Com a existência desse órgão sugerido pelo autor a educação brasileira, em todos os níveis e etapas, não ficaria à mercê do ir e vir das políticas de governo, mudando ao sabor dos interesses de grupos e trazendo, como consequência, prejuízos para a educação brasileira.

O quarto dilema da educação é o trabalho docente que sempre enfrentou muitos problemas no passado. Catani (2011) traz inúmeros relatos extraídos de documentos oficiais dos Estados Brasileiros no período entre 1890 e 1920. No Paraná a reclamação era em relação às condições salariais do magistério; e em São Paulo o problema era a precariedade nas condições de trabalho do professor: controle das atividades docentes, falta de autonomia dos professores, as exigências destinadas ao trabalho realizado pelos professores e o saber adquirido pela experiência.

Com relação à formação dos docentes também há um descompasso entre o que é vivido por eles nas Instituições de Ensino (IES) e a prática na sala de aula. Os estudos da Fundação Carlos Chagas – FCC (2016, p. 1) “[...] mostram que muitas faculdades de Pedagogia não dão ao universitário o embasamento teórico necessário para lidar com as diferentes etapas da aprendizagem”. É a influência do formalismo pedagógico também atuando aqui.

E isso não é tudo. Segundo dados do Censo da Educação divulgados recentemente quase 40% dos docentes não tem formação adequada. Se levarmos em consideração o fato de que um professor ministra mais de uma disciplina, esse índice sobe para 53% (INEP, 2016).

3 Considerações Finais

Mas isso não é tudo. Os dilemas não se encerram aí. Os novos dilemas nascem sob o signo do desemprego, da diminuição de vagas e substituição acelerada, contínua e irreversível do trabalho humano por robôs.

Diante disso como pensar a qualificação do trabalhador se não há garantias sequer de emprego? E quais competências e habilidades serão requeridas para as ínfimas vagas que sobrarem?

A escola e os professores têm respostas para esses questionamentos ou se sentem também despreparados para tal tarefa? Esse assunto não se esgota, pois são os novos dilemas postos desafiando toda a sociedade.

4 REFERÊNCIAS

BULFINCH, Thomas. **O livro de ouro da mitologia**: histórias de deuses e heróis. Rio de Janeiro: Agir, 2015.

CATANI, Denice Bárbara. Estudos de história da profissão docente. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2014**: resumo técnico. Brasília: INEP, 2015.

KOBER, Cláudia Mattos. **Qualificação Profissional**: uma tarefa de Sísifo. Campinas: Autores Associados, 2004.

MENDES, Sonia Regina. Cursos técnicos pós-médios: análise das possíveis relações com o fenômeno de contenção da demanda pelo ensino superior. **Trab. educ. saúde**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 267-287, set. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462003000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 30 mar. 2016.

OBSERVATÓRIO DO PNE. Formação de professores. Disponível em <<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/15-formacao-professores/analises/descompasso-entre-formacao-universitaria-e-as-praticas-na-escola>>. Acesso 14 abr. 2016.

PAIVA, José Maria de. Educação Jesuítica no Brasil Colonial. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cyntia Greiva. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 2014.

5 - TABELA

Tabela 1 – Evolução do financiamento da educação básica no Brasil

Período	Valor investido na educação
1549 com a chegada dos Jesuítas	Verba apenas para a manutenção do ensino e vestimenta para os jesuítas.
1564 com a redízima	Destinava-se 10% de todos os impostos arrecadados no Brasil Colônia.
1759-1827 (instituição das aulas-régias)	As aulas-régias seriam financiadas por meio do subsídio literário criado em 1772.
Primeiro Império (1822-1831)	O Estado Nacional transferiu a responsabilidade de financiamento do ensino primário para as Províncias.
Segundo Império (1840-1888)	Para a educação primária e secundária a média anual destinada era de 0,47% dos impostos arrecadados.
Década de 30	O percentual variou de 2,1% em 1932 para 2,5% em 1936 para recursos federais; de 15% em 1932 para 13,4% em 1936 para os recursos estaduais; e de 8,1% em 1932 para 8,3% em 1936 para os recursos municipais.
Década de 40	Com a constituição de 1946, conforme o Art.169, a União aplicaria nunca menos de 10% cabendo aos Estados, o Distrito Federal e os Municípios nunca menos de 20% dos impostos arrecadados.
Década de 50	Os investimentos foram distribuídos da seguinte forma: União 5,7%; estados 13,7%; e os municípios 11,4% dos impostos arrecadados.
Década de 60	Cabia à União investir 9,6% em 1965.
Década de 70	Cabia à União investir 4,31% em 1975.
Década de 80	Com a constituição de 1988 ficou estabelecido novos percentuais: 18% para a União e 25% para estados e municípios.

Fonte: elaborado a partir de Saviani (2014, p.31-34).